



## DIGRESSÕES PARA DECIFRAR E TRANSVERSALIZAR O GÊNERO NA FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

Josimara Aparecida Delgado<sup>1</sup>  
Márcia Santana Tavares<sup>2</sup>

**RESUMO:** O artigo tem como finalidade refletir a importância da transversalização da questão de gênero no processo de formação das/os assistentes sociais. Embora o Serviço Social seja um curso eminentemente feminino e a problemática de gênero permeie a prática profissional, a incorporação da perspectiva de gênero no espaço acadêmico ainda se mostra incipiente e pontual, permanecendo ausente do conteúdo programático da maioria das disciplinas que compõem a matriz curricular do curso, afetando o processo de formação profissional, na medida em que produz uma leitura parcial da realidade social.

**Palavras-chave:** Gênero; Transversalidade; Formação profissional; Serviço Social.

**ABSTRACT:** This article aims to reflect on gender as an explanatory category of social life and the importance of its mainstreaming in the process of training of social workers. Although Social Services is a predominantly female course and gender issues permeate professional practice, the incorporation of the gender aspect in the academic context is still in its infancy and infrequent, and is still absent from the content of most subjects that make up the curriculum of course, affecting the process of professional training, in that it produces a partial reading of the social reality.

**Key words:** Gender; mainstreaming; professional training; social service.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Católica do Salvador (UCSAL). E-mail: josimaradelgado@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: marciatavares1@gmail.com



## 1. INTRODUÇÃO

A reflexão proposta neste artigo toma como pressuposto que, apesar da consolidação dos estudos de gênero desde o final da década de 1970 e, mais recentemente, da incorporação da perspectiva de gênero nas políticas sociais, a adoção da transversalidade de gênero no processo de formação da/o assistente social, isto é, no conteúdo programático dos Componentes Curriculares ministrados ao longo do Curso de Serviço Social ainda se mostra incipiente e pontual. O debate sobre gênero enfrenta também a resistência de alguns docentes, que desconsideram o fato de que o próprio Serviço Social consiste em um espaço gendrado, uma vez que a categoria de assistentes sociais é composta majoritariamente por mulheres e, portanto, suas visões de mundo, reações e ações são influenciadas por sua condição de gênero. Tal postura, inadvertidamente, faz com que contribuam para a perpetuação de uma cultura androcêntrica e a naturalização entre os discentes de concepções que reforçam os papéis tradicionais desempenhados pelas mulheres na sociedade e, principalmente, no núcleo doméstico, essenciais para a reprodução social do grupo familiar, desde as atividades domésticas aos cuidados com os filhos e demais membros da família. Ao mesmo tempo, interfere na produção do conhecimento e compreensão das/os alunas/os acerca de questões importantes na contemporaneidade, como as dimensões relativas ao gênero presentes nas desigualdades sociais no Brasil e a questão das políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro e seu impacto na melhoria das condições de vida de mulheres e de homens, em especial aquelas que conferem centralidade à família e a instituem como principal instância de proteção social, em detrimento da proteção pública (DELGADO & TAVARES, 2011).

## 2. GÊNERO<sup>3</sup> E SERVIÇO SOCIAL

---

<sup>3</sup> O termo gênero passou a ser adotado por feministas inglesas e americanas nos anos 1970, vindo a substituir, nas ciências sociais, a expressão “papéis sexuais”, até então utilizada para designar a condição social da mulher, estabelecendo uma oposição entre gênero e sexo. No entanto, pode-se afirmar que o uso do gênero como categoria analítica é mais recente, surge na década de 1980, a partir da atuação das cientistas feministas em distintas disciplinas, como por exemplo, a biologia, a antropologia, a psicologia, a filosofia, a



Desde sua gênese, o Serviço Social tem se caracterizado como uma profissão exercida principalmente por mulheres, o mesmo ocorrendo com a maioria das pessoas beneficiárias de programas e projetos sociais em que atua o assistente social, que são na maioria também mulheres (FAURY, 2003; TAVARES, 2006; MOREIRA et al, 2006), o que certamente contribui para erigir uma imagem gendrada da profissão, ou seja, o Serviço Social é pensado como uma profissão eminentemente feminina, o que reforça estereótipos e desigualdades de gênero. Senão, vejamos.

Assim como outras profissões tidas como femininas, o Serviço Social é desqualificado como profissão, na medida em que, associado aos modelos arquetípicos tradicionais atribuídos à mulher, acredita-se que o exercício profissional não requer formação, uma vez que se configura como uma co-extensão das atividades desempenhadas no âmbito doméstico – o ato de cuidar, a maternagem –, para as quais as mulheres têm supostamente um dom, aptidão que lhe é natural (TAVARES, OLIVEIRA & LIMA, 2004).

Todavia, cabe lembrar que, no Brasil, a discussão sobre gênero no curso de Serviço Social somente surgiu nos anos 1990, embora possamos situar na segunda metade dos anos 1970 e na década de 1980 a origem e fortalecimento dos estudos sobre gênero no espaço acadêmico, ao mesmo tempo em que se consolidava o processo de “feminização da profissão” (FAURY, 2003) e, sob a influência dos movimentos feminista e de mulheres, emergia no cenário de mobilizações sociais em defesa da abertura política e transição democrática, a luta por reconhecimento e institucionalização das demandas das mulheres, tendo em vista a igualdade de oportunidades e a equidade de gênero (PRÁ, 2003).

De fato, durante a década de 1980 e início dos anos 1990, os trabalhos apresentados nos congressos de Serviço Social que tinham como enfoques os temas mulher, gênero e feminismo eram reunidos em um grupo denominado “temas emergentes

---

história e a sociologia. (PEDRO, 2005). A formulação desta categoria analítica visa desnaturalizar o fenômeno da subordinação das mulheres, cuja justificativa política e ideológica para as desigualdades entre as mulheres e os homens, ancora-se na diferença biológica entre os sexos.



em Serviço Social”, o que leva Faury (2003) a afirmar que a questão de gênero foi negligenciada pelo Serviço Social, só se tornando alvo da preocupação dos profissionais e instigando estudos acadêmicos na década de 1990, quando então alcança *status* próprio e é reconhecida como área de estudo e atuação de assistentes sociais.

A relevância de incorporar a discussão sobre gênero no curso de Serviço Social é reconhecida no Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), que abraça como princípios norteadores a opção por um projeto profissional convergente com o processo constitutivo de uma nova ordem societária, em que a dominação-exploração de classe, etnia e gênero seja banida. Para tanto, a/o assistente social, em seu exercício profissional, deve não só fomentar o respeito à diversidade e a discussão em torno da construção das diferenças, como empenhar-se para abolir toda forma de preconceito e de discriminação baseada na condição de classe, gênero, etnia, religião e orientação sexual entre outras.

Além disso, embora a Lei de Regulamentação da Profissão não mencione a questão de gênero, esta se encontra presente de forma subjacente no Art. 4º, que define, dentre as competências da/o assistente social, a formulação, implementação, execução e avaliação de políticas sociais no âmbito da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares, bem como o planejamento, operacionalização e avaliação de pesquisas que contribuam para aprofundar o conhecimento da realidade social e, subsidiem ações profissionais que contemplem as demandas emergentes de indivíduos e grupos oriundos de diferentes segmentos sociais, de modo a potencializar o acesso aos seus direitos civis, políticos e sociais.

Esses dados expressam bem a relação da profissão com a questão do gênero. Embora marcada por expressões dessa questão na constituição histórica de sua identidade social e em suas realidades concretas de trabalho, tal relação tem se construído por meio de polêmicas e resistências. Um dos argumentos que se erigem em contraposição à importância da categoria gênero para o Serviço Social pauta-se na ideia de que a perspectiva de gênero implica na perda da centralidade da classe social como eixo das análises sobre a sociedade. Do mesmo modo, a própria criação de movimentos políticos em torno do gênero e de outras “diversidades”, como a questão étnico-racial, é,





por vezes, alvo da preocupação com a multiplicidade de sujeitos e de demandas em torno das diferenças, o que poderia dificultar a formação de um sujeito coletivo.

Para a compreensão da sociedade capitalista, é fundamental o enfoque de classes que é, como sabemos, aquela perspectiva em que os sujeitos são considerados a partir do lugar que ocupam no processo produtivo. Contudo, é na concretude da sociedade e de suas relações complexas que a lógica do capital opera, ou seja, em um tecido social consistente, no qual estão presentes múltiplas relações sociais pautadas na intersecção de construções sociais em torno do gênero, da etnia, da geração e tantos outros elementos. Desse modo, quando tocamos na questão expressa pelos aspectos de gênero da vida social, estamos querendo justamente mostrar indicadores que, no plano concreto, são fundamentais para explicarmos como a sociedade se reproduz e, contemporaneamente, como se reproduzem, nessa sociedade, a desigualdade e luta por direitos, inclusive, dentro de uma perspectiva de classe social. Não se trata, pois, de negar ou secundarizar a perspectiva de classe, mas de fornecer ângulos específicos para o seu entendimento mais concreto.

Relações de gênero são relações sociais, relações de poder assimétricas, ou melhor, uma construção social que interpenetra a realidade cotidiana e (re)desenha as identidades de gênero, representações sociais, referenciais imagéticos elaborados por mulheres e homens para concrecionar suas relações com o mundo real. Aqui, portanto, tomamos como pressuposto que gênero, na condição de lugar e categoria analítica, tanto constitui como é constitutivo das relações e instituições sociais. Neste sentido, adotar o enfoque de gênero transcende a imutabilidade que envolve o termo “diferença”, buscando desvendar a vida social dos sujeitos, ou melhor, o mundo real que emerge no cotidiano, a partir de uma leitura dos significados, códigos identitários e formas de organização social que lhe dão concretude, destinando a homens e a mulheres diferentes oportunidades de acesso a conhecimento, educação e emprego, as quais se refletem na ocupação de distintos espaços e posições na esfera produtiva, diferentes condições de trabalho e remunerações para um e outro sexo, ou seja, acesso diferenciado de mulheres e homens a instâncias de poder e a direitos sociais.

Nesse sentido, dentre as múltiplas questões contemporâneas para a análise das quais a categoria gênero é fundamental, destacamos a incorporação do recorte de gênero



na agenda das políticas sociais, tal qual vem sendo encaminhada no cenário do capitalismo mundializado e financeiro. Nesse contexto, de acordo com Barsted (1994), os programas e ações destinados à melhoria das condições de vida das mulheres reprisam a lógica adotada pelas demais políticas sociais, há um reconhecimento da desigualdade de gênero no plano formal, leis são formuladas, mas os serviços concretos a que têm acesso as mulheres ainda são poucos, uma vez que o Estado apresenta um discurso de Bem Estar Social, ao mesmo tempo em que desenvolve práticas do *laissez-faire*, sob a égide do neo-liberalismo.

O conceito de gênero é hoje utilizado pelas agências internacionais, que incentivam, para a América Latina, a construção de políticas focalizadas e baseadas na parceria público-privado, a cargo de ONG's, em detrimento de políticas públicas efetivas na proteção social à mulher e na mudança das relações sociais de dominação de gênero.

O caso da política de assistência social é emblemático nesse sentido, ajudando-nos a compreender a importância do enfoque de gênero para o Serviço Social, inclusive, nesse caso, para a análise crítica dessa política. A Assistência tem adquirido centralidade no enfrentamento das contradições sociais, principalmente através dos programas de transferência de renda, com os quais as classes dominantes referendam a cultura da *equidade* e da *assistência social* como o principal mecanismo de gestão da desigualdade social (MOTA, 2008, p. 186).

Tal política absorve um número significativo de assistentes sociais e é um espaço ocupacional majoritariamente feminino. Contudo, sua lógica, a matricialidade sócio-familiar, reproduz a associação entre família e mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou trabalhadora desempregada, cujas identificações sociais de gênero a vinculam à reprodução social e reposição da força de trabalho. Assim, ao endossar uma visão maternalista, a Assistência reedita os papéis tradicionais de gênero e, ao fazê-lo, responsabiliza a mulher pela reprodução social, educação e cuidados com os filhos, o que inviabiliza o seu empoderamento, conforme preconiza a Política Nacional de Assistência Social, pois essa mulher é instada a assumir o cumprimento das condicionalidades exigidas para permanência nos programas de transferência de renda, o que a sobrecarrega ainda mais, apesar de melhoria das condições de vida do grupo doméstico, para que o Estado possa reduzir os gastos com políticas e serviços sociais públicos.



Em diferentes momentos, seja ao coordenar atividades de capacitação para trabalhadoras/es da política de assistência social, seja ao lecionar oficinas temáticas para graduandas/os em Serviço Social ou, mais recentemente, a disciplina “Transversalidades de Gênero, geração e etnia: questões para as políticas sociais”, no Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania da Universidade Católica do Salvador, para profissionais atuantes em diferentes políticas sociais na cidade de Salvador (DELGADO & TAVARES, 2011), pudemos constatar a necessidade de apropriação teórico-metodológica acerca do enfoque de gênero e o quanto é fundamental a incorporação desse debate no processo de formação e qualificação profissional.

### 3. ÚLTIMAS DIGRESSÕES

De modo geral, ainda que o termo gênero tenha sido incorporado por alunas/os ou mesmo por profissionais em seu discurso, este é frequentemente utilizado como sinônimo de mulher e, como desconhecem os fundamentos teóricos e práticos desse enfoque, não compreendem que a adoção de um recorte transversal de gênero funciona como uma lente que permite desvelar uma série de aspectos naturalizados pela sociedade que findam por reforçar a perpetuidade das relações assimétricas entre homens e mulheres. (SARDENBERG & MACEDO, 2008). Assim, estudantes e assistentes sociais não conseguem decifrar a presença das desigualdades de gênero na sua própria trajetória pessoal e profissional, no processo de formação em Serviço Social, nem tampouco a sua interferência nos espaços institucionais, no que se refere a reconhecimento, exercício de tarefas rotineiras do dia a dia, nas oportunidades de acesso a cargos de direção e posições de comando, além das marcas de gênero presentes na formulação, execução, avaliação e gestão das políticas sociais ou ainda, na forma como lidam com as mulheres usuárias dos programas e projetos sociais e suas demandas.

Estagiárias/os e/ou assistentes sociais têm dificuldade de correlacionar o decesso das políticas públicas engendradas pela reforma neoliberal com a matricialidade conferida à família nas políticas sociais e, de forma simplista, interpretam a supervalorização



atribuída à família pelas políticas sociais como algo positivo. Além disso, tendem a culpar mulheres e homens pelas situações de risco e vulnerabilidade enfrentadas pelo grupo familiar, uma vez que não desempenham satisfatoriamente os papéis tradicionais que lhe são designados – provedor e cuidadora. Em suma, embora reconheçam que novos modelos e referenciais na relação entre os sexos vêm sendo construídos, sua interpretação, sem o filtro de gênero, ancora-se no senso comum.

Atenta às mudanças no cenário contemporâneo, a Associação Brasileira de Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS tomou a iniciativa da ABEPSS de estruturação de grupos de pesquisa, cujos eixos temáticos enfocam diferentes dimensões e recortes, como por exemplo, o Grupo Temático “Classe Social, Gênero, Raça/Etnia, Geração, Diversidade Sexual e Serviço Social” que se configura como espaço de reflexão e ampliação do conhecimento, bem como catalisador de mudanças no exercício profissional.

Cabe observar, entretanto, que gênero, como categoria analítica, ajuda-nos a entender como os recortes de classe, raça/etnia e idade/geração produzem vivências desiguais de gênero, pois essas relações envolvem homens e mulheres, isto é, são atravessadas pelo gênero o que, certamente, implica em experiências distintas. Entretanto, pensamos também que a reunião de diferentes perspectivas analíticas em um mesmo grupo temático demanda cuidado, de forma a não incorrerem na tentativa de homogeneização e unificação, desconsiderando suas singularidades, mas também como e de que maneira a intersecção entre um e outro (s) recorte (s) oferece prismas diferenciados da dimensão integral da realidade social em que se encontra imersa a população usuária das políticas sociais.

Esse enfoque nos desafia a lançar um novo olhar sobre a realidade social e incorporar novas formas de intervenção sobre essa realidade, uma vez que adotar a transversalidade de gênero exige romper com os padrões estandardizados nas relações entre os sexos, mas também agregar um novo paradigma ao *corpus* teórico já existente na profissão e, por conseguinte, repensar o próprio processo de formação e qualificação profissional. Isso causa receio, desconforto e resistência, mas, ao mesmo tempo, pode gerar curiosidade e, assim, descortinar a possibilidade de decifrar a realidade social a





partir de um novo olhar. Por fim, cabe ao Serviço Social enfrentar esse desafio: decifrar o gênero e transversalizá-lo no processo de formação profissional.

#### 4. REFERÊNCIAS

ABEPSS. A ABEPSS e o Fortalecimento da Pesquisa na Área de Serviço Social: a estratégia dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs). [versão final]. Rio de Janeiro: ABEPSS, 2010. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/documentos.php>. Acesso em: 24 junho 2010.

BARSTED, Leila de Andrade Liinhares. Em busca do tempo perdido: mulher e políticas públicas no Brasil 1983-1993. **Estudos Feministas**. 2º sem 1994, p. 38-54.

CFESS. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**, Brasília: CFESS, 1993.

DELGADO, Josimara; TAVARES, Márcia. (Trans)versalidades de gênero e geração nas políticas sociais. In: Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas. São Luís/MA: UFMA. 1 CD-ROM.

FAURY, Mirian. Estudando as questões de gênero em serviço social. In: Pro-Posições. vol. 14,N.1 (40)- jan./abr.2003, p. 107-119.

MOREIRA; SILVA; MIRALES et al. O lugar do gênero na formação da-o assistente social. **Temporalis**. – Ano VI, nº 11 – Brasília: ABEPSS, jan./jun. 2006, p. 143-157.

MOTA, Ana Elizabete A centralidade da Assistência Social na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). **O Mito da Assistência Social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. – 2. ed. rev. e ampl. – São Paulo: Cortez, 2008, p. 133- 146.

PRÁ, Jussara. Monitorando as políticas públicas: um desafio feminista. Fórum de Mulheres de Porto Alegre. Porto Alegre, RS: Fórum de Mulheres de Porto Alegre/Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/publique/media/rmportoalegre.pdf>. Acesso em: 20 outubro 2008.



PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v.24, n.1, SÃO PAULO, 2005, p.77-98. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1.pdf>. Acesso em: 27 fevereiro 2012.

SARDENBERG, Cecília Maria Bacellar & MACEDO, Márcia dos Santos. “Relações de Gênero: uma breve introdução ao tema.” In: COSTA, Ana Alice Alcântara; RODRIGUES, Alexnaldo Teixeira; VANIN, Iole Macedo. **Ensino e Gênero: perspectivas transversais**. UFBA/Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, Salvador, 2008.

TAVARES, Márcia; OLIVEIRA, Cláudia; LIMA, Clístenes. Revelando a imagem do Serviço Social. In: **Anais do IX Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**. Porto Alegre: ABEPSS/PUCRS, 2004. 1 CD-ROM.